

Advogado

- 11) O art. 5.º, XIII, da CF/88: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer,” é norma de:
- a) Eficácia plena.
 - b) **Eficácia limitada.**
 - c) Eficácia contida.
 - d) Eficácia semiplena.
- 12) Assinale a alternativa correta:
- a) **O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.**
 - b) Qualquer brasileiro pode propor ação popular.
 - c) A pena de morte pode ser introduzida no Brasil por meio de emenda constitucional.
 - d) A autoridade administrativa recusa-se ilegalmente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para pedir a aposentadoria. É cabível nesse caso o hábeas data.
- 13) Direitos sociais, culturais e econômicos, correspondendo aos direitos de igualdade, são classificados pela doutrina como:
- a) Direitos Humanos de primeira geração.
 - b) **Direitos Humanos de segunda geração.**
 - c) Direitos Humanos de terceira geração.
 - d) Direitos Humanos de quarta geração.
- 14) Assinale a alternativa correta:
- a) A omissão de inconstitucionalidade pode ser atacada por ação declaratória de constitucionalidade.
 - b) Os Tribunais e os respectivos Órgãos Especiais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público por maioria simples.
 - c) O Controle de Constitucionalidade pela via de exceção é o chamado controle difuso, que tem como característica a existência de um caso concreto e a produção de efeitos erga omnes.
 - d) **A respeito do controle e constitucionalidade de leis municipais, é possível aplicar o efeito ex nunc à declaração de inconstitucionalidade de lei municipal em processo de controle difuso.**
- 15) A CF/88, no art. 131 reza: “A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.” O referido artigo trata-se de norma:
- a) Eficácia plena.
 - b) **Eficácia limitada.**
 - c) Eficácia contida.
 - d) Eficácia semiplena.

- 16) A doutrina aponta como exceção ao princípio da legalidade a seguinte situação:
- a) **Medida provisória.**
 - b) Editar atos normativos.
 - c) Poder de polícia.
 - d) Decreto.
- 17) Licenças, autorizações, permissões são exemplos de:
- a) Atos normativos.
 - b) Atos ordinários.
 - c) **Atos negociais.**
 - d) Atos enunciativos.
- 18) Assinale a alternativa INCORRETA em relação aos atos administrativos, quanto à forma.
- a) Alvará.
 - b) Despacho.
 - c) Circular.
 - d) **Visto.**
- 19) Banca de jornal, barracas, feiras são exemplos de uso de bens públicos:
- a) Uso livre.
 - b) Autorização de uso.
 - c) **Permissão de uso.**
 - d) Concessão de uso.
- 20) No que se refere à CONCESSÃO assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Contrato administrativo.
 - b) Prazo determinado.
 - c) Para pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.
 - d) **Precária.**
- 21) Em relação ao negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta:
- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
 - b) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
 - c) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
 - d) **A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.**

22) No que se refere à prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Prescrevem em cinco anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- b) Prescrevem em três anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- c) Prescrevem em um ano a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial.
- d) Prescrevem em três anos a pretensão a de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

23) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. O agravo retido depende de preparo.
- b) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
- c) Cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição.
- d) Recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz não poderá inovar no processo; recebida só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.

24) Quanto à extinção do processo é INCORRETO afirmar que:

- a) Haverá solução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência.
- b) O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência.
- c) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação, haverá resolução de mérito:
- d) Quando o autor desistir da ação, haverá resolução de mérito.

25) A súmula n.º 259 do TST ainda considera a hipótese da decisão homologatória de acordo trabalhista ser atacada através de:

- a) Agravo de instrumento.
- b) Agravo de petição.
- c) Recurso ordinário.
- d) Ação rescisória.

- 26) No que se refere aos Recursos Trabalhistas assinale a alternativa INCORRETA:
- a) **Previsão legal, adequação ou cabimento e tempestividade são pressupostos subjetivos dos recursos.**
 - b) O não-pagamento e a não-comprovação das custas dentro do prazo de oito dias implicará deserção, não sendo conhecido o recurso no tribunal ou será negado seguimento ao apelo pelo juízo a quo.
 - c) Código de recolhimento das custas é 8019.
 - d) A orientação Jurisprudencial n.º 140 da SBDI-1 do TST indica que ocorre deserção quando a diferença inferior à devida do depósito recursal ou das custas, embora ínfima, tenha expressão monetária, à época da efetivação do depósito.
- 27) No que se refere ao processo do trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Cabe recurso ordinário das decisões de processo de competência originária do TRT, como Hábeas Corpus e Ação Rescisória.
 - b) Não existe efeito suspensivo no recurso ordinário, pois segue-se a regra geral do art. 899, da CLT, do recebimento do recurso apenas no efeito devolutivo.
 - c) A orientação jurisprudencial n.º 79 da SBDI-2 do TST menciona que “ não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
 - d) **O agravo de instrumento é o recurso cabível nas decisões do juiz na execução e o agravo de petição é cabível quando o juiz nega seguimento a recurso interposto pela parte.**
- 28) As formas de extinção do crédito tributário, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, não incluem:
- a) **Isenção.**
 - b) Compensação.
 - c) Prescrição.
 - d) Remissão
- 29) Alguns tributos conforme a CF/88 podem ter suas alíquotas modificadas por ato do Poder Executivo. Entre esses tributos encontra-se o:
- a) Imposto sobre serviços de transporte intermunicipal.
 - b) **Imposto sobre importação.**
 - c) Imposto sobre propriedade de veículos automotores.
 - d) Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza.
- 30) Não é hipótese de suspensão do crédito tributário:
- a) **A compensação.**
 - b) O parcelamento.
 - c) A moratória.
 - d) O depósito de seu montante integral.